



# Prefeitura Municipal de Parapuã

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.798/94, DE 17 DE MAIO DE 1.994

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 1.995, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RUI LOBO, Prefeito Municipal de Parapuã, Co  
marca de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo,  
usando de suas atribuições legais,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE PARAPUÃ DECRETOU E,  
ELE PROMULGA E SANCIONA EM REDAÇÃO FINAL A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - A elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 1.995, abrangerá os poderes Legislativo e Executivo, seus fundos e Entidades da Administração direta e indireta, assim com a execução orçamentária, obedecerá as diretrizes aqui estabelecidas.

Artigo 2º - A elaboração da Proposta Orçamentária do município para o exercício de 1.995, obedecerá as seguintes diretrizes gerais, sem prejuízo das normas financeiras estabelecidas pela Legislação Federal:

§ 1º - O montante das despesas não deverá ser superior ao das receitas.

§ 2º - As unidades orçamentárias projetarão suas despesas correntes até o limite fixado para o exercício em curso, a preço de julho de 1.994, considerando os aumentos ou as diminuições de serviços.

§ 3º - As estimativas das receitas serão feitas à preço de julho de 1.994, considerar-se-ão a tendência no presente exercício e os efeitos das modificações na legislação tributária, os quais serão objetos de projeto de Lei, a serem encaminhados à Câmara Municipal até quatro meses antes do encerramento do exercício.





# Prefeitura Municipal de Parapuã

ESTADO DE SÃO PAULO

## LEI 1.798/94-CONT.2

§ 4º - Os projetos em fases de execução terão prioridades sobre os novos projetos, não podendo ser paralizados sem autorização do Legislativo.

§ 5º - O pagamento dos serviços da dívida, de pessoal e de encargos terá prioridade sobre as ações de expansão.

§ 6º - O município alocará 25% de sua receita resultante de impostos, conforme dispõe o artigo 212 da Constituição Federativa, prioritariamente na manutenção e no desenvolvimento do ensino de primeiro grau e pré-escola.

§ 7º - Costará da proposta orçamentária o produto das operações de créditos autorizados pelo Legislativo, com destinações específicas e vinculadas ao projeto.

Artigo 3º - O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município e o Plano Plurianual procederá a seleção das prioridades e as orçará a preço de julho de 1.994.

Parágrafo Único: Poderão ser incluídos programas não alencados, desde que financiados com recursos de outras esferas de Governo.

Artigo 4º - O Poder Executivo poderá firmar convênios, com vigência máxima de um ano, com outras esferas de Governo, para desenvolvimento de programas prioritários nas áreas da educação, cultura, saúde e assistência social, sem ônus para o município.

Artigo 5º - As despesas com pessoal da Administração Direta ficam limitadas até 65% das receitas correntes.

§ 1º - Entende-se como receitas correntes para efeitos limites do presente artigo, o somatório





# Prefeitura Municipal de Parapuã

ESTADO DE SÃO PAULO

## LEI 1.798/94-CONT.3

das receitas da Administração Direta, incluídas as receitas oriundas de Convênios.

§ 2º - O limite estabelecido para as despesas de pessoal de que trata este artigo, abrange os gastos da Administração Direta nas seguintes despesas:

- Salários;
- Obrigações patronais;
- Proventos de aposentadorias e pensões;
- Remuneração do Prefeito e Vice-Prefeito;
- Remuneração de Vereadores.

§ 3º - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração além dos índices inflacionários, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira, bem como admissão de pessoal, a qualquer título, da administração direta, só poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentaria suficiente para atender às projeções de despesas até o final do exercício, obedecido o limite fixado no "caput".

Artigo 6º - Fica autorizada a concessão de ajuda financeira à entidades sem fins lucrativos, reconhecidas de utilidade pública, nas áreas da saúde, educação e assistência social.

§ 1º - Os pagamentos serão efetuados após a aprovação pelo Poder Executivo, dos planos de aplicação apresentados pelas entidades beneficiadas.

§ 2º - Os prazos para prestações de contas serão fixados pelo Poder Executivo, dependendo do plano de aplicação, não podendo ultrapassar os 30 dias do encerramento do exercício.





# Prefeitura Municipal de Parapuã

ESTADO DE SÃO PAULO

## LEI 1.798/94-CONT.4

- § 3º - Fica vedada a concessão de ajuda financeira às entidades que não prestarem contas dos recursos anteriormente recebidos, assim como as que não tiverem suas contas aprovadas pelo Executivo Municipal.
- Artigo 7º - As operações de créditos por antecipação da receita contratadas pelo município, serão totalmente liquidadas - até o final do exercício.
- Artigo 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, - revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Parapuã, 17 de Maio de 1.994.

  
Ruy Lobo  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Chefia de Gabinete da Prefeitura Municipal de Parapuã e, afixada em lugar de costume na data supra.

  
Nivaldo Adriano  
RG 12.393.478/SP  
Chefe de Gabinete

